

IMANÊNCIA E ÉTICA NA FILOSOFIA DE BENEDICTUS DE SPINOZA

Esthella de Carvalho Santos *
Wandeilson Silva de Miranda **

DOI: <https://doi.org/10.52521/occurus.v9i1.12682>

RESUMO

O presente trabalho busca analisar os principais aspectos da ética spinozista, sobretudo, a sua relação com a imanência e como essa relação possibilitou o desenvolvimento de um novo conceito de realidade que se distingue dos conceitos defendidos pelas filosofias tradicionais. Em sua principal obra intitulada *Ética*, Spinoza nos apresenta uma interpretação de Realidade que foge do quadro teológico dualista e mecanicista marcado por Descartes, inaugurando uma visão de mundo baseada na totalidade da relação dos entes.

PALAVRAS-CHAVE

Spinoza. Deus. Substância. Ética. Imanência.

ABSTRACT

This article analyzes the main aspects of Spinozist philosophy, above all, its relationship with immanence and how this relationship enabled the development of a new concept of reality that differs from the concepts defended by traditional philosophies. In his book entitled *Ethics*, Spinoza presents us with an interpretation of the idea of Reality that escapes the dualist and mechanistic theological framework marked by Descartes, inaugurating a worldview based on the totality of the relationship between entities.

KEYWORDS

Spinoza. God. Substance. Ethic. Immanence.



1 INTRODUÇÃO

Considerado um racionalista, Benedictus de Spinoza (1632-1677), estabelece a gênese de seu pensamento em sua obra principal - *Ética* (1677). Nela, o filósofo apresenta um pensamento revolucionário frente a sua época, a qual, apesar dos avanços das ciências e das correntes filosóficas, ainda era fortemente determinada pela religiosidade cristã.

Apesar disso, Spinoza não limita a sua filosofia a uma mera refutação da religião, insistindo em um método que comprove a existência divina, como já era comum entre os filósofos da época¹. A

* Graduanda no curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão, campus de São Bernardo. E-mail: esthella.cs@discente.ufma.br

** Coordenador do Grupo de pesquisa NEO-BIO: ontologia, corpo e biopolítica (CNPQ); atualmente coordenador do GT Benedictus de Spinoza (ANPOF); professor permanente do Mestrado em Filosofia do Departamento de Filosofia (PPGFil-UFMA). E-mail: wandeilson.miranda@ufma.br

1 Na *Ética*, Spinoza adverte sobre a incompreensão que advém de sua filosofia, como o vulgo vive de modo confuso, senão mutilada a experiência da existência. A intenção dele não é destruir a Religião, mas demonstrar as premissas teológicas e filosóficas que produzem a confusão fundamental na constituição do conhecimento da Realidade. Diz ele no Apêndice da Parte I: “Ora, todos os preconceitos que aqui me proponho a expor dependem de um único, a saber, que os homens pressupõem, em geral, que todas as coisas naturais agem, tal como eles próprios, em função de um fim, chegando até mesmo a dar como assentado que o próprio Deus dirige todas as coisas tendo em vista algum fim preciso, pois dizem que Deus fez todas as coisas em função do homem, e fez o homem, por sua vez, para que este lhe prestasse culto. É esse preconceito, portanto, que antes de mais nada, considerarei, procurando saber, em primeiro lugar, por que a maioria dos homens se conforma a esse preconceito e por que estão todos assim tão naturalmente propensos a abraçá-los. Mostrarei, depois, sua falsidade e, finalmente, como dele se originam os preconceitos sobre o bem e o mal, o mérito e o pecado, o louvor e a desaprovação, a ordenação e a confusão, a beleza e a feiura, e outros do mesmo gênero”. Assentados sobre o

filosofia spinozista foca na compreensão da realidade humana. Nesse sentido, a *Ética* nos apresenta um novo conceito de Realidade que se difere das estabelecidas pelas filosofias ocidentais, de tal modo que chega a ser considerada como herética, alheia à lógica representacional do pensamento ocidental.

A ética defendida por Spinoza se opõe à ética cartesiana que determinou o pensamento moderno ocidental. Nela, Spinoza defende o conceito de imanência se opondo a ideia de uma ideia de realidade transcendente dualista. Ao relacionar ética e imanência o autor pontua a base de sua filosofia. Para Spinoza a realidade não está dividida ontologicamente em duas ou mais substâncias, mas há apenas uma única substância infinita e eterna que é a própria causa de si e que por si mesma é concebida, cujo conceito não precisa de outro conceito para existir².

Para Spinoza, a relação entre mente e corpo não está limitada na finitude, para ele toda relação de existência é infinita entre a substância (Deus) e os modos (seres). É a partir desse pensamento que a filosofia de Benedictus de Spinoza se distingue das tradições religiosas e das filosofias tradicionais que se perpetuaram ao longo da história do Ocidente.

Em suma, Spinoza pretende abordar uma ética na qual a totalidade do indivíduo e dos seres estão inseridos em um movimento de simultaneidade no qual o indivíduo não se separa do Ser Perfeito e, conseqüentemente, sendo capaz de constituir uma vida ética que o levará a conquista beatitude e da verdadeira liberdade.

2 O DUALISMO CARTESIANO

O conceito de indivíduo defendido pelo pensamento moderno ocidental é idealizado a partir dos conceitos apresentados pelo método cartesiano e o separa da base que o sustenta, visto que parte de uma ideia dualista transcendental. Nele a noção de mundo e ontologia surge como algo separado no qual essa última é compreendida como algo superior, ou seja, que ultrapassa a realidade humana. Descartes explica o indivíduo por meio da divisão entre corpo e mente:

Concebamos, pois, que a alma tem sua sede principal na pequena glândula que existe no meio do cérebro, de onde irradia todo o resto do corpo, por intermédio dos espíritos, dos nervos e mesmo do sangue, que, participando das impressões dos espíritos podem levá-los pelas artérias e todos os membros [...]. (Descartes, 1979, p. 230).

Para Spinoza, essa divisão concebida pelo método cartesiano distingue a mente do corpo de forma tão severa que é impossível atribuí-la a algo singular a qualquer uma das três partes, restando assim, associá-la a causa suprema do universo, isto é, Deus³. A divisão cartesiana compreende a força da mente como o elemento capaz de se sobressair sobre a força do corpo, criando uma relação entre vontade e movimento.

Descartes acreditava que a mente e o corpo eram duas substâncias distintas, independentes. Entretanto, propõe que a glândula pineal poderia ser o ponto de interação entre essas duas substâncias, considerando a sua localização central no cérebro e sua aparente falta de duplicação em hemisférios. Para ele a glândula pineal seria uma espécie de “plenitude da alma”, onde a mente exerceria sua influência sobre o corpo físico. Como esclarece em sua obra *As Paixões da Alma*

É necessário também saber que embora a alma esteja unida a todo o corpo, não obstante há nele alguma parte em que ela exerce suas funções mais particularmente que em todas as outras; e crê-se comumente que esta parte é o cérebro, ou talvez o coração: o cérebro porque é com ele que se relacionam os órgãos dos sentidos; e o coração porque é nele que parecem sentirem-se as paixões. (Descartes, 1979, p. 228).

A noção cartesiana da glândula pineal permitiu um aprofundamento médico-fisiológico do corpo, visto agora como pura extensão, tornou-se objeto das ciências, e possibilitou um passo importante

que Deleuze denominou de tríplice ilusão, os indivíduos não podem discernir os princípios falsos dos verdadeiros: “Não é suficiente dizer que a consciência gera ilusões: ela é inseparável da tripla ilusão que a constitui, ilusão da finalidade, ilusão da liberdade e a ilusão teológica. A consciência é apenas um sonho de olhos abertos. (Deleuze, 2003, p. 31). A filosofia de Spinoza é precisamente o campo da imanência, pois toda sua realização se dá na fundação da ética.

² “À natureza de uma substância pertence o existir” (EIP7). Em outras palavras, uma substância não pode ser produzida por outra coisa, sua natureza pertence ao existir. Sendo, assim, a causa de si mesma.

³ Cf., Spinoza, *Ética V*, prefácio.

para a abordagem mais complexa da questão entre mente-corpo, porém, desde sua apresentação à comunidade filosófica não ficou isenta de críticas e refutações. Spinoza, por exemplo, afirma que a potência da mente é moldada exclusivamente pela inteligência e não está relacionada com a vontade e a liberdade como indica Descartes:

Tratando-se de um filósofo que havia firmemente se proposto nada deduzir que não fosse de princípios evidentes por si mesmos; e nada afirmar senão aquilo que percebesse clara e distintamente; e que tantas vezes censurara os escolásticos por terem querido explicar coisas obscuras por meio de qualidades ocultas; não posso, certamente, surpreender-me o bastante de que um tal filósofo admita uma hipótese mais oculta que todas as qualidades ocultas. (EVPref.)

Tal crítica se dirige a ideia defendida por Descartes no art. 50 de *As Paixões da Alma*, onde ele defende que não existe alma tão fraca a ponto de ser incapaz de adquirir poder absoluto, se bem conduzida. Para esse filósofo ainda que o movimento da glândula pineal pareça ter sido unido a cada um de nossos pensamentos através da natureza desde o início de nossa vida, ainda assim é possível que esses pensamentos se unam a outros a partir de hábitos. Isso significa que para Descartes os nossos padrões de pensamentos e ações poderiam se desenvolver com base em repetições e experiências passadas.

Nesse contexto, Descartes abordava sua perspectiva sobre a capacidade humana de autorregulação emocional, visto que ele acreditava que por meio do uso da razão e do exercício da vontade poderíamos adquirir o controle sobre nossas emoções e impulsos, independente da força das paixões. Ademais, ele defende que a mente humana possui a capacidade de direcionar e moderar suas próprias reações emocionais, se sujeitada ao treinamento e a disciplina adequada. Nessa ideia é possível identificar os aspectos do dualismo mente-corpo do pensamento mais amplo de Descartes sobre a capacidade da mente em atuar sobre as ações do corpo.

É útil também saber que, embora os movimentos, tanto da glândula como dos espíritos e do cérebro, que representam à alma certos objetos sejam naturalmente unidos aos que provocam nela certas paixões, podem, todavia, por hábito, ser separados destes e unidos a outros muito diferentes, e, mesmo, que esse hábito pode ser adquirido por uma única ação e não requer longa prática (Descartes, 1979, p. 247).

Descartes define as paixões como percepções, ou sentimentos, ou emoções da alma, que para ele eram geradas, mantidas e fortalecidas por algum movimento dos espíritos⁴, como explica no art. 27 da mesma obra mencionada anteriormente. Diferentemente desse filósofo, Spinoza não interpreta as paixões como algo que deve ser superado, mas observa-as como parte inerente da experiência humana. Ele aborda as paixões como afetos que se desenvolvem de acordo com o modo em que o indivíduo interage com o mundo ao seu redor.

Se separamos uma emoção do ânimo, ou seja, um afeto, do pensamento de uma causa exterior, e a ligamos a outros pensamentos, então o amor ou o ódio para com a causa exterior, bem como as flutuações de ânimo, que provêm desses afetos, serão destruídos. (EVP2).

Como indica a proposição, os afetos são constituídos a partir de uma sensação de alegria ou de tristeza, que possui como base a ideia de uma causa exterior. Visto isso, quando criamos uma ideia clara sobre esses afetos, eles e o que deles resultam são destruídos. Portanto, Spinoza explica os afetos como ideias confusas que quanto mais nós conhecemos, quanto mais determinamos as suas causas, menos a mente padece, deixando assim, de ser uma paixão, para torna-se desejo:

Pode-se fornecer, assim, a seguinte definição: o desejo é o apetite juntamente com a consciência que dele se tem. Torna-se, assim, evidente, por tudo isso, que não é por julgarmos uma coisa boa que nos esforçamos por ela, que a queremos, que a apetecemos, que a desejamos, mas ao contrário, é por nos esforçarmos por ela, por querê-la, por apetecê-la, por desejá-la, que a julgamos boa. (EIIIP 9 Sch.).

Dado isso, é a partir da crítica à filosofia cartesiana que Spinoza inicia seu discurso sobre o que denomina como “o caminho que conduz à liberdade”, tratando também sobre a potência da razão e sua verdadeira relação com os afetos.

4 Descartes defendia que os espíritos consistiam em uma substância intermediária que atuava entre a mente e o corpo. Essa substância seria a responsável por transmitir as influências da mente para o corpo e vice-versa. Esses espíritos estavam divididos em dois tipos principais: os espíritos animais e os espíritos vitais.

3 A IDEIA DO SER PERFEITO EM SPINOZA

A princípio, para Spinoza não é possível que haja separação entre corpo e intelecto, uma vez que ambos são extensão de uma única substância que é infinita em suas atribuições e expressões sendo a condição intransitiva de tudo o que existe. Tal ideia parte do que podemos entender como o problema central da filosofia de Spinoza, a imanência sintetizada na expressão de Deus que para o filósofo consiste na própria Natureza, o que se difere do conceito dualístico transcendental defendido pelo cartesianismo. Spinoza, rejeita a dualidade tradicional entre Deus e a Natureza, visto que para ele Deus não consiste em uma entidade transcendente separada do mundo, mas o considera a própria substância que dá origem ao mundo.

Portanto, compreendendo Deus não mais como um elemento acima da Natureza, mas como a própria Natureza, desta forma, se estabelece um novo conceito de Realidade. Essa que para Spinoza, consiste em entender adequadamente o que é uma ideia verdadeira, aprendendo a reconhecer os afetos e as paixões como uma causa externa. Seria, portanto, através desse entendimento que nós reconheceríamos a verdadeira realidade, alcançando a beatitude da mente:

Assim, quem tenta regular seus afetos e apetites exclusivamente por amor à liberdade, se esforçará, tanto quanto puder, por conhecer as virtudes e as suas causas, e por encher o ânimo do gáudio que nasce do verdadeiro conhecimento delas e não, absolutamente, por considerar os defeitos dos homens, nem por humilhá-los, nem por se alegrar com uma falsa aparência de liberdade. Quem observar com cuidado essas coisas (na verdade, elas não são difíceis) e praticá-las poderá, em pouco tempo, dirigir a maioria de suas ações sob o comando da razão. (EVP10 Sch).

Para Spinoza, apesar de toda ideia que vem da razão e, conseqüentemente que estão ligadas aos modos infinitos serem adequadas, isto é, claras e distintas, elas não nos são de fato a essência das coisas, pois são concepções comuns. A ideia que nos dá a verdadeira realidade é a intuição, uma vez que ela é o resultado de uma identificação da mente com o real.⁵

A discussão sobre as ideias também está presente na obra *Tratado da Reforma da Inteligência*⁶, nele Spinoza explica que o verdadeiro método consiste no caminho pelo qual as verdadeiras ideias são procuradas de acordo com a ordem adequada. Nessa obra, Spinoza nos direciona a entender a verdadeira ordem das coisas, para ele consiste em partir da ideia do Ser Perfeito:

Só em poucas palavras direi aqui o que entendo por bem verdadeiro e, igualmente, o que é o sumo bem. Para que se compreenda isso corretamente, deve-se notar que “bom” e “mau” só se dizem em sentido relativo, visto que, de diversos pontos de vistas, uma mesma coisa pode ser dita boa ou má; assim também com o “perfeito” e o “imperfeito”. Efetivamente, coisa alguma, considerada só em sua natureza pode ser dita perfeita ou imperfeita, principalmente depois que se chega a compreender que tudo o que acontece, acontece segundo uma ordem eterna e segundo leis imutáveis da natureza. (TIE,§12).

Ao falar de uma ordem eterna Spinoza se refere a uma ordem superior que para ele é onde se encontra a verdade total do universo. De acordo com a sua filosofia, essa ordem é uma, isto é, mente e natureza não se diferem, visto que ambas partem de um só princípio. O Ser Perfeito, portanto, trata-se da substância que origina todas as essências e existências: “A ordem das causas é, portanto, uma ordem de composição e de decomposição de relações que afeta infinitamente toda a natureza”. (Deleuze, 2003, p. 30)

Nesse âmbito, é possível acreditar que a filosofia de Spinoza não se difere drasticamente das teologias tradicionais ou das outras filosofias anteriores a ele, e até mesmo de Descartes, ao atribuir a causa do Universo a um Ser Perfeito, como indicou Lívio Teixeira⁷. No entanto, para Spinoza,

5 Cf., Lívio Teixeira, Introdução ao TIE, p. 11, 2001.

6 “A filosofia tradicional entendia a sensibilidade a matéria do conhecimento como uma prova da existência de um mundo exterior. Para filósofos como John Locke (1632-1704) e David Hume (1711-1776), é a partir das percepções sensoriais como cores, sons e sensações táteis, identificadas pela nossa mente que construímos o nosso entendimento do mundo. Já a filosofia cartesiana parte do ponto de vista em que sendo o conhecimento produto da mente, um desvelamento da razão alheio aos dados do sentido, torna-se possível questionar se o mundo de fato existe ou se esse produto da mente é mesmo o conhecimento do mundo. Entretanto, Spinoza parte da análise dos modos de percepção, visto que para ele não há outros dados senão o conteúdo da consciência. Para ele, é por meio do exame dos aspectos da consciência e sem se desvincular do pensamento que encontramos toda a realidade, até mesmo as que não são pensamentos.” (Teixeira, 2001, p. 10).

7 Cf., Teixeira, 2001, p. 12.

ainda que tais pensamentos partissem de onde deveriam, essas teologias e correntes filosóficas não possuíam capacidade de alcançar a verdade, uma vez que não tinham o cuidado minucioso de analisar os aspectos com os quais se identificavam dando espaço para que abstrações de todos os tipos tomassem o lugar das verdadeiras ideias.

A noção de substância defendida por Spinoza também está ligada a uma concepção de causalidade ou *causa sui*. Para ele, a substância é a causa de si mesma e de tudo que acontece, ou seja, todas as coisas são expressões ou modos dessa única substância, sendo os modos determinados pela natureza da substância. Portanto, os eventos e as ações são resultados das leis imutáveis da natureza, que emanam da própria substância divina. Esse pensamento evidencia ainda mais a impossibilidade de separação entre mente e corpo, visto que ambos provêm da mesma causa.

Esta definição é fundamental ao sistema spinozista, pois é ela que vai postular a identidade entre aquilo que é e aquilo que é concebido; ou seja, a *causa sui* funda a ontologia spinozista porque possibilita que aquilo que o entendimento finito concebe da coisa e o que a coisa é em si sejam postos como idênticos (Fragoso, 2001, p. 12).

A *causa sui* é a gênese da filosofia spinozista, através dela conseguimos compreender com clareza o significado da imanência defendido por Spinoza. O entendimento humano é uma parte do entendimento infinito de Deus se distinguindo apenas a partir de potências.

4 A IMANÊNCIA E A ÉTICA

Ao usarmos o termo imanência, indicamos como Spinoza questiona a ideia de transcendência presente na filosofia em geral e no pensamento cartesiano. O autor inicia sua obra *Ética*, definindo termos fundamentais como: substância, atributos e modo. A substância consiste naquilo que é concebido por si mesmo, que não depende de outra coisa para existir, ou seja, Deus. O atributo se entende como uma expressão da substância, uma forma da substância existir, é uma qualidade essencial que pertence a natureza de Deus. Enquanto o modo consiste nas variações dos atributos e são também determinados por eles.

Na preposição 1, Spinoza afirma que Deus é uma substância infinita, eterna e única e tudo aquilo que existe é uma manifestação de Deus. Na preposição 2 diz que se uma substância possui atributos distintos, elas não possuem nada em comum, ou seja, só pode haver uma substância com variados atributos. No caso das coisas que não possuem nada em comum, uma não pode ser considerada a causa da outra. Ou seja, duas coisas que não possuem propriedade em comum não podem ser causalmente relacionadas. Essa ideia está alinhada à sua visão de que a causalidade e conexão necessária entre as coisas dependem da existência de uma relação comum entre elas. Portanto, algo infinito não pode possuir natureza finita:

Não existe senão uma única substância de mesmo atributo, e à sua natureza pertence o existir. À sua natureza, portanto, pertencerá o existir, ou como finita ou como infinita. Ora, não poderá ser como finita, pois, neste caso, ela deveria ser limitada por outra da mesma natureza, a qual também deveria necessariamente existir. Existiriam, então, duas substâncias de mesmo atributo, o que é absurdo. Logo, ela existe como infinita (EIP8).

Se Deus é infinito, nada pode existir fora dele. Spinoza defende que Deus é a única substância existente. Ele nega a dualidade tradicional entre Deus e o mundo, afirmando que tudo o que existe é uma expressão necessária e determinística de Deus. Somos modos da substância e estamos limitados em termos de tempo e espaço. Podemos entender esses dois últimos como atributos, visto que um modo depende de seu atributo, mas o atributo não depende do modo para existir. Por exemplo, uma mesa depende de uma árvore para existir, mas uma árvore não depende da mesa para ser árvore. Spinoza fará essa diferenciação a partir da medição a partir da noção de potências. Nós também somos modos da substância, mas com uma potência muito superior à de uma mesa:

Diz-se finita em seu gênero aquela coisa que pode ser limitada por outra da mesma natureza. Por exemplo, diz-se que um corpo é finito porque sempre concebemos um outro maior. Da mesma maneira, um pensamento é limitado por outro pensamento. Mas um corpo não é limitado por um pensamento, nem um pensamento por um corpo (EIDef. 2).

Além disso, Spinoza enfatiza a ideia de que tudo o que existe segue uma ordem necessária e racional, a “ordem da natureza”. Ele defende que é ao compreendermos essa ordem que alcançamos a liberdade e a felicidade. É também no livro I da *Ética* que o autor explica que o verdadeiro conhecimento de Deus é capaz de levar a beatitude da mente e que a busca pelo conhecimento das causas das coisas é o caminho para a libertação das paixões e para a vida virtuosa. A beatitude não é algo que é algo que podemos alcançar através de recompensas divinas, mas por meio do entendimento da natureza e da harmonização com suas leis.⁸ Para Spinoza a verdadeira felicidade e bem-aventurança vem da compreensão das causas naturais das coisas e da aceitação de nossa posição na ordem natural:

Como os corpos humanos são capazes de muitas coisas, não há dúvida de que podem ser de uma natureza tal que estejam referidos a mentes que tenham um grande conhecimento de si mesmas e de Deus, e cuja maior parte, ou seja, cuja parte principal, é eterna, e que, por isso, dificilmente temem a morte. Entretanto, para que se compreenda isso mais claramente, deve-se, aqui, observar que nós vivemos numa variação contínua e que, conforme mudamos para melhor ou para pior, dizemos que somos, respectivamente, felizes ou infelizes (EVSch).

A beatitude consiste na virtude que nos possibilita desejar de obter aquilo que nos é próprio, aumentando nossa potência. Ao alcançarmos esse estado sentimos o divino que brilha em nós e nos tornamos partes ativas de Deus. Dessa forma, entendemos a morte apenas como uma mudança de estado, no qual uma parte mínima perece, isto é, o modo. No entanto, enquanto nossa extensão física desaparece a nossa verdadeira essência que nos aproxima do eterno permanece. “A beatitude não é o prêmio da virtude, mas a própria virtude; e não a desfrutamos porque refreamos os apetites lúbricos, mas, em vez disso, podemos refrear os apetites lúbricos porque a desfrutamos”. (EVP42).

O conceito de Realidade abordado por Spinoza busca nos fazer pensar em uma composição imanente de todas as expressões da totalidade. A ontologia apresentada por ele se opõe as demais ontologias tradicionais, especialmente, a da filosofia moderna ocidental que objetifica o conhecimento criando uma relação de sujeito e objeto, criando uma ideia de Deus que é sustentada na própria ideia de indivíduo.

A imanência na filosofia spinozista questiona a realidade defendida pelo cartesianismo que possui um caráter hierárquico. Ao compreendermos que tudo é imanente, entendemos que não há uma hierarquia entre os seres, o que acaba causando estranheza ao indivíduo que está fincado na ideia de superioridade do homem ocidental. É a partir desse pensamento que se origina também a ideia antropomórfica de Deus defendida pelo cristianismo e criticada por Spinoza. Tal ideia rompe completamente a nossa relação com a natureza criando a ilusão de domínio do homem sobre ela:

É incontestável que, segundo o pensamento de Descartes, a vontade desempenha na atividade do espírito humano um papel muito mais importante do que em geral se reconhece. Há mesmo uma sorte de preeminência da vontade que, aliás, não diminui a importância do intelecto propriamente dito. Usamos a palavra preeminência não no sentido de atribuir à vontade de qualquer sorte de superioridade essencial, que daria ao sistema de Descartes um aspecto voluntarista ou pragmatista, estranho a sua verdadeira índole. O que existe em Descartes é a concepção de que da harmonia entre a vontade e o intelecto surge o que de mais alto pode alcançar o espírito humano. O seu ideal é sem dúvida o próprio Deus em que, como veremos, não se pode fazer distinção entre inteligência e vontade, a não ser uma distinção de razão. (Teixeira, 1990, p. 13).

A filosofia cartesiana defende que existem algumas proposições auto evidentes, que não necessariamente dependem de um conhecimento verdadeiro sobre Deus. Como indica na ideia de cogito⁹, que de acordo com Descartes, sempre que este é proferido pela mente é verdadeiro. Mas

⁸ Para Karoui-Bouchoucha (2010, p. 146), a condição mesma de uma ética em Spinoza se dá na definição da essência do homem como desejo, pois a potência do desejo ao sofrer uma transformação reflexiva permite retirar os indivíduos da servidão e levá-los à beatitude, pois a definição spinozana apresenta o desejo como a fonte da energia que permite a cada ser insistir em seu ser e agir: Afirma Spinoza: “Por bem compreendo todo gênero de alegria e tudo o que a ela conduz e, especialmente, aquilo que aplaca uma saudade, qualquer que ela seja. Por mal, em troca, compreendo todo gênero de tristeza e, especialmente, aquilo que agrava uma saudade.” (EIII P39 Sch.).

⁹ O cogito consiste em uma proposição cartesiana que discute o próprio ato de questionar. Em meio aos questionamentos sobre o mundo físico e até mesmo a existência de um Deus, Descartes concluiu que uma coisa não poderia ser posta em dúvida: o próprio ato de duvidar. Mesmo quando duvidava ele estava pensando. Portanto, o próprio ato de pensar é a prova da existência do pensador, da mente. Em resumo, se ele está pensando, ele existe enquanto um ser pensante.

se a mente e o corpo fazem parte de um mesmo princípio e este princípio é Deus, como podemos conhecer a verdadeira realidade sem antes compreendê-lo?

Do ponto de vista espinozista, não é possível sabermos o que é uma ideia verdadeira sem ter uma ideia verdadeira. Saber só formalmente que, quando tiver uma ideia verdadeira saberei que sei. Esse sentido não se ajustaria as concepções de Espinoza sobre o método, tais como as encontramos pouco adiante no TIE, em todos aqueles textos que a norma da verdade é a verdade (Teixeira, 2001, p. 29).

Através desse trecho entendemos que uma ideia finita jamais será capaz de explicar uma ordem infinita. Spinoza não nega o ato de pensar, mas o reinterpreta a partir de uma filosofia monista, defendendo a unidade da Natureza e rejeitando a ideia de uma mente separada como proposto pelo cartesianismo. Contrário a essa realidade, Spinoza esclarece que o único meio de alcançar a beatitude, isto é, a salvação da alma é através do conhecimento da união entre a natureza inteira: “Apenas à medida que vivem sob a condução da razão, os homens concordam, sempre e necessariamente, em natureza”. (EIVP 35). Diferente do conceito de ética estabelecido pelo pensamento moderno ocidental atrelado a um conceito de moralidade ontológica, Spinoza busca apresentar um conceito de ética atrelado a condução correta da razão na qual o indivíduo caminha para a verdadeira liberdade. Ele enfatiza que ao serem dominados pelas paixões os indivíduos podem discordar e termos de ações e comportamentos. Mas quando o homem é conduzido pela razão ele tende a agir de forma mais coerente e previsível, uma vez que ao agir sob a orientação da razão ele age de acordo com a própria natureza humana:

Não há, na natureza das coisas, nenhuma coisa singular que seja mais útil ao homem do que um homem que vive sob a condução da razão. Com efeito, o que é de máxima utilidade para o homem é aquilo que concorda, ao máximo, com sua natureza, isto é (como é, por si mesmo, sabido), o homem. Ora, o homem age inteiramente pelas leis de sua natureza quando vive sob a condução da razão e, apenas à medida que assim vive, concorda, sempre e necessariamente, com a natureza de outro homem. Logo, não há, entre as coisas singulares, nada que seja mais útil ao homem do que um homem *etc.* (EIVP35Cor1).

Para Spinoza, quando as pessoas vivem sob a orientação da razão elas fazem o que é bom para a natureza humana e, conseqüentemente, para cada indivíduo. O seu argumento é baseado na ideia de que a razão é a guia para a ação moralmente correta. Portanto, quando o ser humano age com base de acordo com a razão eles genuinamente buscam o que é bom para si mesmo e para os outros, guiando a concordância entre os indivíduos.

O tipo de ética apresentada por Spinoza, não visa depreciar os afetos e as paixões, mas os adequar conforme a realidade do indivíduo. Como já mencionado anteriormente, o autor considera os afetos são apenas ideias confusas que quando esclarecidas deixam de ser paixões e, conseqüentemente, deixam de ser nocivas ao ser humano. Compreender adequadamente essas ideias são indispensáveis para o bom desempenho do *conatus*¹⁰, assim como para a busca da liberdade.

Deste modo, Espinoza não renega as paixões que caracterizam a existência humana para alcançar a felicidade; muito pelo contrário, parte delas, mas para ultrapassá-las, ajudando o homem a libertar-se, através do exercício da razão como forma de realização da essência do humano, como já referimos (Pedro, 2013, p. 30).

O que diferencia a ética spinozista do conceito de ética estabelecida pelas demais filosofias ocidentais é o objetivo. Em Spinoza a ética é apresentada como a busca pelo verdadeiro conhecimento que para ele consiste em algo genuíno da natureza humana. É através desse conhecimento que conseguiremos discernir o eterno e o finito, conquistando também a plenitude. Enquanto para Descartes a ética consiste mais em um dever moral que não necessariamente tem como fim a beatitude. Portanto, entende-se que a racionalidade em Spinoza está diretamente relacionada a ética de ser, de modo que nossas ações só serão virtuosas, se realizadas por meio da razão.

Agir por virtude é agir sob a condução da razão, e todo nosso esforço por agir segundo a razão consiste em compreender. Por isso, o bem supremo dos que buscam a virtude consiste em conhecer a Deus, isto é, um bem que é comum a todos os homens e que pode ser possuído igualmente por todos, à medida que são da mesma natureza (EIV, P 36).

10 O *conatus* possui um papel central na ética de Spinoza. Ele define esse elemento como a virtude que nos impulsiona a agir de acordo com a razão, buscando o que é verdadeiramente bom para nós e os demais indivíduos.

Entretanto, para que isso de fato se concretize é necessário que o *conatus* atue como a base motora, pois é somente através dele que o sujeito ganhará capacidade de reconhecer as afeições positivas que o fará conquistar a plenitude. A trindade formada pelo *conatus*, a liberdade e o conhecimento, é o que nos possibilitará atingir o bem supremo, visto que o conhecimento puramente racional não é suficiente para guiar o indivíduo para a liberdade. Ele é o responsável por discernir e escolher, mas é o *conatus* movido por esses dois elementos que consegue guiar o indivíduo a excelência do ser.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ética de Spinoza tem como proposta a libertação do indivíduo dos afetos negativos, as paixões tristes, por meio do uso razão associada à potência do desejo. Seu principal argumento é o de que quanto maior for o conhecimento que o indivíduo possuir sobre suas emoções, maior será a sua capacidade de intervenção a elas, podendo, assim, libertar-se dos afetos negativos e substituí-los por afetos mais positivos. Vale lembrar que por afetos negativos, Spinoza compreende como ideias confusas, que resultam nas paixões.

Ora, a ideia da mente, a definição do entendimento, é exatamente a ideia de Deus. Em suma, a razão nos conduz para fora de nós, isto é, para uma dedução do geral para o particular que, partindo de abstrações não nos pode dar a realidade; a intuição, partindo dos dados, não pode deixar de levar regressivamente aquilo que constitui a essência de nossa mente – a ideia de Deus (Teixeira, 2001, p. 97).

O conhecimento claro, livre de abstrações pode nos conduzir em busca da realidade única. A razão nos proporciona o conhecimento do Bem e do Mal, nos dando a capacidade de reconhecer de quais paixões devemos nos afastar. Em sua obra *Ética*, Spinoza defende uma ética fincada na razão, e argumenta que agir de acordo com a razão e entender a causa das coisas nos guia à verdadeira liberdade e felicidade, compreendida também por beatitude.

O conhecimento do bem e do mal é o próprio afeto de alegria ou de tristeza, à medida que dele estamos conscientes. Portanto, cada um necessariamente apetece o que julga ser bom e, inversamente, rejeita o que julga ser mau. Mas esse apetite nada mais é do que a própria essência ou natureza do homem. Logo, cada um necessariamente apetece ou rejeita, exclusivamente pelas leis de sua natureza, aquilo *etc.* (EIVP 19).

Na ética spinozista, o Bem e o Mal são categorias da razão, ou seja, abstrações resultantes da intuição, que como já explicado, consistem na relação entre o concreto e o Todo. Ora, se tudo parte de uma mesma natureza, logo tudo é necessário, não havendo, assim, nem o Bem e nem o Mal. De acordo com Spinoza, a ideia que temos de bem nada mais é que uma conformidade de ideia geral sobre o homem.

Por fim, Spinoza via a ética como um conhecimento prático, que nos permite compreender como viver uma vida virtuosa e feliz. É a partir da compreensão da natureza e da prática da razão que possuímos a possibilidade de superar as paixões tristes e alcançarmos uma forma de bem-estar duradouro. Portanto, fica claro que o monismo absoluto idealizado pela ética spinozista oferece uma visão única sobre a importância da natureza e a adesão razão como elementos centrais para o alcance da beatitude.

REFERÊNCIAS

BIASOLI, Luís Fernando. **Deus: Causa Sui, Razão e Transcendência nas Mediações Físicas de Descartes**. Porto Alegre: PUCRS, 2011.

DELEUZE, Gilles. **Spinoza: Philosophie pratique**. Paris: Les Éditions Minuit, 2003.

FRAGOSO, E. A. da R. **As definições de causa sui, substância e atributo na Ética de Benedictus de Spinoza**. UNOPAR Cient., Ciênc. Hum. Educ., Londrina, v. 2, n. 1, p. 83-90, jun. 2001.

KAROUI-BOUCHOUCHA, Faten. **Spinoza et la question de la puissance**. Paris: L'Harmattan, 2010.

SPINOZA, B. **Ética**. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SPINOZA, B. **Tratado da reforma da inteligência**. Tradução e notas de Lívio Teixeira. São Paulo: Nacional, 1966.

TEIXEIRA, Lívio. **Ensaio sobre a moral de Descartes**. USP/FFCL, 1990.

TEIXEIRA, Lívio. **A doutrina dos modos de percepções e conceito de abstração na filosofia de Espinosa**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

PEDRO, Ana. A ética como o *conatus* de Espinosa. **Cadernos Espinosanos**, São Paulo, n. 29, p. 26-36, jul-dez 2013.

